

Donos de escola vão

DF - *lanicacali*

BRAZILIENSE

CIDADE

responder a inquérito

O procurador da República, João Batista de Almeida, solicitou ontem à Superintendência da Polícia Federal abertura de inquérito contra o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF, Jaime Martins Sveiter, e o diretor do colégio Minas Gerais, José Pio de Abreu. Eles são acusados de descumprir a liminar concedida pela Justiça, que revogou a portaria 140 do Ministério da Fazenda, fixando o regime de liberdade vigiada para cobranças das mensalidades.

Segundo o procurador, o sindicato estava incitando os proprietários de escolas a não acatarem a liminar, que fixou provisoriamente um índice de 144,06 por cento para o período de janeiro a julho deste ano, e determinou que os reajustes das mensalidades fossem feitos pelos Conselhos de Educação, a partir de agosto último. "Através de matérias na imprensa eles estimulavam o descumprimento", ressalta Almeida. Se forem considerados culpados, Sveiter e Pio de Abreu serão enquadrados no artigo

268 do Código Penal, que prevê penas de dois a seis meses de prisão, ou multa.

O diretor e proprietário do colégio Minas Gerais negou que tenha dado entrevistas ao **CORREIO BRAZILIENSE** e à **Rede Globo** confirmando seu desejo de descumprir a liminar. "Nunca falei sobre isto. É tudo mentira", comentou revoltado. Pio de Abreu disse, ainda, estar disposto a responder a inquérito na Superintendência da PF, sobretudo, para iniciar um processo contra o **CORREIO** e a **Globo** por injúria. "Sou um cidadão livre para cumprir as determinações da Justiça, não tenho medo. Mas quero que a verdade seja dita. Se tiver que ir para cadeia, tudo bem".

Ele negou que tenha fechado a tesouraria do colégio, até a última segunda-feira, para evitar o recebimento das mensalidades nos moldes definidos na liminar e pela resolução do Conselho de Educação do DF. "Fechei por outros motivos", ressaltou, sem dar maiores informações. Já o presidente em

exercício do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, Atef Aissami, só pretende falar à imprensa quando receber o comunicado da Polícia Federal. O titular da entidade está viajando, e ele só toma posição depois. "Agora não falo nada", rebateu.

Antes mesmo de receber a solicitação da Procuradoria da República, a Superintendência da PF recebeu, ontem à tarde, dezenas de telefonemas de pais de alunos pedindo que, juntamente com o inquérito, seja feita uma ampla investigação nas tesourarias dos colégios. De acordo com o porta-voz do órgão, Clóvis Venutto, os pais alegam que muitas escolas estão descumprindo a portaria. "Muita gente se dispôs a apontar onde isto está acontecendo", afirmou Venutto.

Depois da liminar concedida pela justiça federal, as escolas particulares, reunidas para debater o assunto, chegaram a admitir a possibilidade de promoverem um locaute, fechando as portas dos estabelecimentos para protestar contra a medida judicial.